

CONTRATO DE ADESÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS CURSOS PRESENCIAIS E/OU A DISTÂNCIA

A **SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA**, instituição mantenedora da **PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**, estabelecida no Estado de Minas Gerais, nos seus diversos *Campi*, Núcleos Universitários e Unidades Acadêmicas, inscrita no CNPJ sob o nº 17.178.195/0001-67, com sede na Av. Brasil, nº 2079 – Bairro Funcionários, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.140-002, representada nos termos de seu Estatuto Social, doravante designada **CONTRATADA**, e o(a) **CONTRATANTE**, como tal definido o(a) **Aluno(a)**, regularmente admitido(a) na Universidade, o(a) qual adere, por requerimento de matrícula ou de renovação, aos termos deste **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS**, devidamente registrado no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte/MG, e regido pelo Código Civil Brasileiro - Lei nº 10.406, de 10/01/2002; pelo Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078, de 11/09/1990; e pela Lei nº 9.870, de 23/11/1999, e aceita as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente instrumento a prestação, pela **CONTRATADA**, de serviços educacionais, na modalidade presencial e/ou a distância, os quais serão executados com observância dos termos da legislação de ensino vigente, dos ordenamentos internos da Universidade, do projeto pedagógico do curso e do disposto no Edital do Processo Seletivo de ingresso do(a) **CONTRATANTE**, observada a regularidade de matrículas e aproveitamento do(a) aluno(a)/**CONTRATANTE**, além das demais disposições ora estipuladas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MATRÍCULA E SUAS RENOVAÇÕES

2. São condições necessárias para a efetivação da matrícula e suas renovações:

- i. Não possuir o(a) **CONTRATANTE** débitos anteriores junto à **CONTRATADA**. Caso já tenha sido aluno(a) da **CONTRATADA**, a restrição se estende a débitos de qualquer curso, nível ou modalidade;
- ii. Não estar o(a) **CONTRATANTE** incurso em sanções acadêmicas e/ou disciplinares;
- iii. Apresentar o comprovante de quitação da 1ª parcela da semestralidade, correspondente à matrícula.

- 2.1. A renovação da matrícula para os semestres seguintes, observado o disposto no item 2, será concretizada mediante a adesão eletrônica, pelo(a) **CONTRATANTE**, por meio do sistema de gestão acadêmica – via web -, e o cumprimento, pelo(a) **CONTRATANTE**, dos procedimentos e

Declarada de Utilidade Pública pela Lei Estadual nº 2.278 de 22/12/60 e pelo Decreto Federal nº 61.690 de 13/11/67 – Registro no CNAS nº 70.598/51

Av. Brasil, 2079 – 10º andar – Funcionários – CEP 30.140-002 - Belo Horizonte – MG

Handwritten signature



prazos fixados pela **CONTRATADA**, permanecendo validadas e exigíveis todas as condições estabelecidas neste instrumento.

- 2.2. As informações consignadas nos requerimentos de renovação semestral de matrículas, processados via web, são de responsabilidade do(a) **CONTRATANTE**, bem como a atualização de documentos e endereços para o envio de correspondências de natureza acadêmica e financeira.

2.2.1. O(A) **CONTRATANTE** será responsável pela autenticidade e validade dos documentos apresentados à **CONTRATADA** para fins de matrícula, ou para a sua renovação.

2.2.2. Na ocorrência de eventual irregularidade documental, de responsabilidade do(a) **CONTRATANTE**, apurada no decorrer do curso, a **CONTRATADA** reserva-se o direito de cancelar a matrícula do(a) **CONTRATANTE** ou de não renová-la.

2.2.3. No caso de ser constatada irregularidade da documentação após a conclusão do curso, a **CONTRATADA** poderá recusar a emissão de documentos oficiais que tratam da situação acadêmica do(a) **CONTRATANTE**, inclusive diplomas e certificados.

- 2.3. Até o sétimo dia posterior ao da efetivação da matrícula, o(a) **CONTRATANTE** poderá desistir de continuar o curso, devendo comunicar o fato, por escrito, ao Centro de Registros Acadêmicos (*Campus* Coração Eucarístico, Prédio 7) ou na secretaria do *Campus*, Núcleo Universitário ou da Unidade Acadêmica em que tenha feito sua matrícula, para que possa ser ressarcido da parcela paga a título de matrícula.

2.3.1. Em caso de desistência a partir do oitavo dia posterior ao da efetivação da matrícula e anterior ao início das aulas, comunicada nos termos do subitem 2.3, o(a) **CONTRATANTE** ficará obrigado ao pagamento do percentual de 10% (dez por cento) do valor da primeira parcela da semestralidade, a título de contraprestação pelas despesas administrativas incorridas pela **CONTRATADA**.

- 2.4. O desligamento do(a) **CONTRATANTE** por motivo acadêmico ou disciplinar acarretará a rescisão deste contrato e poderá impossibilitar o seu reingresso como aluno da Universidade, sem prejuízo da exigibilidade do pagamento de parcelas vencidas, e não quitadas, até a data do desligamento.

- 2.5. No caso de trancamento de matrícula, nos termos das "Normas Acadêmicas", o(a) **CONTRATANTE** ficará isento (a) do pagamento das parcelas a vencer no referido semestre letivo.



Ben

2.5.1. A descontinuidade do curso, posteriormente ao trancamento de matrícula pelo prazo estabelecido pela Universidade, acarretará a rescisão deste contrato, sujeitando o(a) **CONTRATANTE** a participação e classificação, no limite das vagas oferecidas, em novo processo seletivo, e à celebração de novo contrato para continuidade do curso, observada a disponibilidade de vagas, sem prejuízo da exigibilidade do pagamento de parcelas vencidas, e não quitadas, até a data do desligamento.

2.6. No caso de o(a) **CONTRATANTE** decidir cancelar a matrícula, no decorrer do semestre letivo, deverá comunicar o fato, por escrito, mediante o preenchimento de formulário próprio, ao Centro de Registros Acadêmicos (*Campus* Coração Eucarístico, Prédio 7) ou na secretaria do *Campus*, Núcleo Universitário ou da Unidade Acadêmica em que tenha feito sua matrícula, ficando obrigado(a) ao pagamento das parcelas até o mês em que a comunicação for efetivada.

2.7. A simples infrequência às aulas e/ou a não participação nas atividades escolares não desobrigam o(a) **CONTRATANTE** do pagamento das semestralidades contratadas.

2.8. A **CONTRATADA** reserva-se o direito de rescindir o presente contrato e cancelar a matrícula, bem como de não renová-la para o semestre subsequente, por motivo disciplinar, de acordo com seu Regimento Geral, cujo conteúdo, referente a direitos e obrigações do aluno, está indicado no Manual do Aluno, parte integrante do presente contrato, recebido quando do ingresso na Universidade e afixado no Centro de Registros Acadêmicos (*Campus* Coração Eucarístico, Prédio 7) ou nas secretarias dos *Campi*, Núcleos Universitários ou das Unidades Acadêmicas da Universidade.



CLÁUSULA TERCEIRA – DAS SEMESTRALIDADES, PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

3. Pela prestação dos serviços educacionais, o(a) **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, observada a regular continuidade de matrícula, as semestralidades escolares correspondentes aos períodos previstos para conclusão do curso em que se matriculou, as quais serão divididas, por período, da seguinte forma:

3.1. O valor da primeira parcela de cada semestralidade será fixado pela **CONTRATADA**, em conformidade com a Lei nº 9.870/99.

3.2. O valor das 5 (cinco) parcelas restantes estará vinculado à carga horária/financeira optada pelo(a) **CONTRATANTE** para o semestre letivo, e será calculado da seguinte maneira:




- i. multiplicar a carga horária financeira matriculada, pelo valor da hora-aula = valor da semestralidade;
 - ii. subtrair o valor da primeira parcela (matrícula) do valor da semestralidade = valor remanescente da semestralidade;
 - iii. dividir por 5 (cinco) o valor remanescente da semestralidade = valor de cada parcela.
- 3.3. As 5 (cinco) parcelas indicadas no inciso III do subitem 3.2. deverão ser pagas mensalmente, com vencimento no primeiro dia de cada mês, e tolerância para pagamento, em relação a cada uma delas, sem acréscimo, até o quinto dia útil do respectivo mês.
- 3.3.1. A efetivação da matrícula fora do prazo/calendário estipulado pela Universidade, bem como o pagamento da primeira parcela fora do prazo estabelecido, não altera a data de vencimento das parcelas posteriores, a qual continuará sendo a estabelecida nesta cláusula.
- 3.3.2. A efetivação de matrícula fora do prazo não garante a existência de vagas para todas as disciplinas do semestre letivo.
- 3.4. A existência de débitos de mensalidades, relativos a períodos anteriores, é, nos termos da Lei nº 9.870/99, fator impeditivo da renovação de matrícula e, conseqüentemente, o pagamento da primeira parcela não autoriza a renovação da matrícula caso o(a) **CONTRATANTE** tenha débitos anteriores.
- 3.5. O pagamento das parcelas da semestralidade deverá ser feito por meio de boleto bancário, enviado previamente para o(a) **CONTRATANTE**, pelo correio, para o endereço por ele(a) fornecido, e constante nos registros da Universidade.
- 3.6. O(A) **CONTRATANTE**, quando deixar de receber a 1ª via até o penúltimo dia de tolerância para pagamento, deverá emitir segunda via do documento mediante acesso ao site www.pucminas.br, ou solicitar segunda via à Divisão Financeira da Universidade (Campus Coração Eucarístico, Prédio 18) ou à secretaria do Campus, do Núcleo Universitário ou da Unidade Acadêmica em que tenha feito sua matrícula.
- 3.7. A **CONTRATADA** não se responsabilizará por baixa de pagamentos efetuados mediante depósito em conta corrente ou transferências bancárias, por não ser esta a forma prevista para recebimento de pagamento de mensalidades escolares.
- 3.8. A quitação das parcelas das mensalidades, inclusive das matrículas, quando efetuadas por meio de cheque(s), somente será considerada realizada após a compensação deste(s), podendo a **CONTRATADA**

Handwritten signature



optar pela cobrança judicial das parcelas devidas em virtude da devolução do(s) cheque(s), pelo cancelamento da matrícula e/ou por sua não renovação.

- 3.9. Nas parcelas estão incluídas as contribuições opcionais cobradas pelo Diretório Acadêmico (DA), pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) e, eventualmente, os prêmios de Seguro Educacional.

3.9.1. A **CONTRATADA** é apenas intermediária no recebimento das contribuições e prêmios de seguro, indicados no subitem 3.9, sendo os Órgãos de Representação Estudantil e a Seguradora os únicos responsáveis pela administração e destinação dos recursos recebidos.

3.9.2. As contribuições de DCE e DA não serão incluídas nas parcelas cobertas por indenização de seguro eventualmente contratado. Nesse caso, o (a) **CONTRATANTE** poderá fazer a quitação das referidas contribuições diretamente nas entidades de representação estudantil.

- 3.10. O atraso no pagamento de qualquer parcela sujeitará o (a) **CONTRATANTE** às penalidades abaixo descritas, a contar da data de vencimento da parcela não paga:

- a. **Multa de 2%;**
- b. **Atualização monetária**, quando houver inflação no(s) mês(es) em questão: IGP-M(FGV) do penúltimo mês, anterior ao do vencimento da parcela, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, proporcionalmente ao número de dias decorridos até a real e efetiva quitação, e, sendo o atraso superior a 30 dias, pelo IGP-M(FGV) acumulado desde a data do vencimento da parcela;
- c. **Juros de mora de 1% ao mês.**

- 3.11. Vencida e não paga qualquer das parcelas da semestralidade, caracteriza-se a inadimplência do(a) **CONTRATANTE**, reservando-se a **CONTRATADA** o direito de não renovar a matrícula para o semestre letivo seguinte; e, estando o (a) **CONTRATANTE** inadimplente por mais de 90 (noventa) dias, poderá a **CONTRATADA** efetuar a cobrança do débito por via extrajudicial, ou execução do contrato por via judicial, sem prejuízo de outras medidas permitidas por lei, podendo esta ainda, efetuar a cobrança das parcelas em atraso, com as devidas penalidades, em um único título, ficando o (a) devedor (a) sujeito (a) ao pagamento das custas processuais e de honorários do advogado, eventualmente determinados pelo juízo competente.

- 3.12. **O (A) CONTRATANTE está de acordo em que sua condição de devedor por mais de 90 (noventa) dias poderá acarretar-lhe, a juízo da CONTRATADA, além da cobrança judicial da dívida apurada:**

Declarada de Utilidade Pública pela Lei Estadual nº 2.278 de 22/12/60 e pelo Decreto Federal nº 61.690 de 13/11/67 – Registro no CNAS nº 70.598/51

Av. Brasil, 2079 – 10º andar – Funcionários – CEP 30.140-002 - Belo Horizonte – MG

Raj



- i. A inclusão de seus dados em cadastros restritivos como o Serviço de Proteção ao Crédito – SPC, Serasa, e congêneres, desde que não haja discussão judicial relativa ao débito, anterior à inclusão e mediante prévia e comprovada notificação;
 - ii. A recusa pela **CONTRATADA** ao reingresso do(a) **CONTRATANTE** inadimplente na Instituição, mesmo que através de processo seletivo (concurso vestibular) para o mesmo curso ou curso diverso, enquanto não houver liquidado o débito.
- 3.13. Independentemente da adoção das medidas retromencionadas, a **CONTRATADA** poderá utilizar-se de empresa especializada para proceder à cobrança do débito de forma amigável e/ou judicial.

CLÁUSULA QUARTA – DOS REAJUSTES

4. A **CONTRATADA** divulgará, em local de fácil acesso ao público, o valor apurado de reajuste da hora-aula e da primeira parcela de cada semestralidade e o número de vagas por sala-classe, no período mínimo de quarenta e cinco dias antes da data final para matrícula, conforme calendário e cronograma da instituição de ensino, em atendimento do disposto na Lei nº 9.870/99.
- 4.1. O valor total da semestralidade, considerando a carga horária de opção do(a) **CONTRATANTE**, estará consubstanciado nos planos de ensino e requerimentos de matrícula de cada semestre, os quais farão parte integrante do presente instrumento.
 - 4.2. O valor da hora-aula poderá sofrer reajustes, em condições, percentuais e periodicidade previstos em Lei, e, ainda, com base no aumento dos custos a título de pessoal e de custeio ou por introdução de aprimoramentos no processo didático-pedagógico.
 - 4.3. A orientação e a supervisão das disciplinas com projetos acadêmicos diferenciados serão realizadas de acordo com os critérios fixados pela coordenação do respectivo curso.



CLÁUSULA QUINTA – DOS BENEFICIADOS POR SISTEMAS DE BOLSA OU CRÉDITO EDUCACIONAL

5. Sendo o(a) **CONTRATANTE** beneficiado(a) por sistemas de bolsa ou crédito, tais como: PROUNI, FIES, ou Crédito Educacional Rotativo, a não renovação do contrato no período estipulado, pelo concedente do benefício, implicará a transferência da responsabilidade do pagamento para o (a) **CONTRATANTE**.



Roj

- 5.1. O(a) **CONTRATANTE** beneficiado pelo PROUNI, nos termos da Lei nº 11.096, de 13/01/2005, submete-se aos termos e condições deste contrato em relação a todas as obrigações não relacionadas ao pagamento de semestralidades e, **quando não contemplado** por bolsa de estudos integral, responsabiliza-se, também, pela parcela das semestralidades não abrangidas pelo auxílio, nos exatos termos deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DO ENSINO A DISTÂNCIA

6. Em se tratando de curso ou disciplina na modalidade a distância, para acompanhamento do curso o(a) **CONTRATANTE** se obriga a dispor dos requisitos tecnológicos (configuração mínima) estabelecidos no Edital do Processo Seletivo e no Manual do Aluno. Para compatibilização com o estado da arte da tecnologia, as especificações poderão ser alteradas, mediante aviso prévio, feito com até 180 (cento e oitenta) dias de antecedência. O portador de necessidades especiais no campo da visão deverá possuir ou ter acesso a um programa (software) de leitura de tela, compatível com a configuração mínima exigida, que deverá estar instalado no computador a ser utilizado para acompanhar o curso.
- 6.1. A **CONTRATADA** não disponibilizará computadores para os alunos do curso virtual. Caso haja disponibilidade de horário, os equipamentos de seus laboratórios de informática dos *Campi*, Núcleos Universitários ou das Unidades Acadêmicas poderão ser utilizados pelos alunos, mediante prévio agendamento.
- 6.2. O regulamento do curso a distância, assim como as normas e procedimentos necessários à correta utilização dos equipamentos e requisitos tecnológicos retromencionados, são de livre acesso e conhecimento do(a) **CONTRATANTE**, ficando a **CONTRATADA** eximida de qualquer responsabilidade relacionada a eventual incapacidade técnica do(a) **CONTRATANTE** em utilizar e dispor da tecnologia necessária ao acompanhamento do curso.



CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7. A vigência do presente contrato corresponderá à duração do curso, observada a regularidade de renovação de matrícula, durante os semestres previstos para sua integralização, bem como a ausência cancelamento e impedimentos de continuidade do vínculo do(a) **CONTRATANTE** com a **CONTRATADA**, ou por motivos de ordem legal, regimental ou acadêmica, além das demais disposições ora estabelecidas, encerrando-se, ordinariamente, com a conclusão do curso pelo(a) aluno(a), e com o adimplemento, por este, das obrigações ora assumidas.



Don

- 7.1. O(a) **CONTRATANTE** terá direito à certificação, e consequente participação na eventual cerimônia de conclusão e/ou colação de grau, desde que, regularmente matriculado, conclua com êxito todas as disciplinas e atividades acadêmicas obrigatórias que compõe a grade curricular do curso em que estiver matriculado, em conformidade com as normas acadêmicas e demais regulamentos da Universidade.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO ACADÊMICA E PEDAGÓGICA

8. É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a gestão acadêmica e pedagógica dos serviços educacionais prestados, no que se refere à fixação de datas para provas, avaliações e carga horária, bem como a indicação de professores, e a orientação didático-pedagógica, além de outras providências que as atividades docentes e administrativas exijam.

- 8.1. As aulas serão ministradas em salas, locais ou ambientes virtuais e com cronograma indicados pela **CONTRATADA**, tendo em vista os serviços contratados, a natureza da disciplina e as técnicas pedagógicas pertinentes.

- 8.2. Na hipótese de o(a) **CONTRATANTE** ser portador(a) de necessidades especiais, nos termos dos artigos 58 e 59 da Lei nº 9.394/96, obriga-se o(a) **CONTRATANTE** a informar expressamente e por escrito essa necessidade à **CONTRATADA** no ato de efetivação da matrícula, para que possam ser adotadas as providências cabíveis, especificamente as relacionadas à infraestrutura e mobilidade física.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9. O(A) **CONTRATANTE** obriga-se a comunicar à Universidade eventual mudança de endereço, mediante atualização de seu cadastro diretamente no sistema de gestão acadêmica, através do site www.pucminas.br.



- 9.1. Considerando os princípios e normas que balizam a Educação Nacional, em especial o disposto nos arts. 22, inc. XIV, 206, incisos II e III; e 209, inc. I, da Constituição Federal de 1988, na Lei nº 9.394/96, no Estatuto, no Regimento Geral e nas demais normas internas da Universidade, eventuais alterações, relacionadas a carga horária, habilitações e conteúdo programático, que venham a ocorrer em virtude de Lei, ou de normas editadas pelo MEC, ou por necessidades acadêmicas, não darão ensejo a reparação de qualquer natureza.

- 9.2. Nos procedimentos realizados *via web* pelo(a) **CONTRATANTE**, no site da **CONTRATADA**, a exemplo das renovações semestrais de matrícula, as partes reconhecem a validade e a segurança jurídica da produção documental eletrônica e de seu processamento, assim como do exemplar



impresso por qualquer das partes, se necessário para a comprovação externa do presente contrato, ao qual atribuem eficácia equivalente à de um documento que originalmente tenha suporte físico subscrito pelos contratantes, acompanhado do respectivo requerimento de renovação de matrícula, no qual consta a contraprestação financeira denominada semestralidade, em razão dos serviços educacionais prestados.

- 9.3. O não exercício, pelas Partes, de quaisquer dos direitos ou prerrogativas previstos neste Contrato, ou mesmo na legislação aplicável, será tido como ato de mera liberalidade, não constituindo alteração ou novação das obrigações ora estabelecidas, cujo cumprimento poderá ser exigido a qualquer tempo, independentemente de comunicação prévia à Parte, servindo o presente instrumento, acompanhado da 2ª via do(s) boleto(s) de mensalidade(s) em aberto, do plano de ensino e do requerimento de matrícula/renovação, e de histórico escolar, como título executivo extrajudicial, em conformidade com previsto no Código de Processo Civil.
- 9.4. A declaração de nulidade ou invalidade de qualquer das cláusulas não prejudicará a validade e eficácia das demais condições deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10. Fica eleito, para dirimir as controvérsias oriundas da execução deste Contrato, o foro da Comarca onde se localiza o *Campus*, Núcleo Universitário ou Unidade Acadêmica em que for ministrado o Curso, e, quando oferecido este na modalidade a distância, o Foro da Comarca de Belo Horizonte/MG.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento, mediante declaração expressa no pedido de matrícula e/ou renovação, parte integrante deste instrumento, cujas cláusulas, condições, teor e forma pública aceitam e cuja vigência se dará em conformidade com a cláusula sétima, obedecidas todas as disposições neste estabelecidas.


Sociedade Mineira de Cultura
Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Representante Legal



Registro nº

1006124

2º Ofício de Registro de Títulos e Docs.- BH



2º RTD - 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
Rua Guaranês, 197 - 0311-3224-1788 - BH/MG - CEP 30100-100

2º RTD - BH - Sinônimo de Eficiência e Qualidade

Visite nosso site: www.rtdbh.com.br

Certifico que o presente documento apresentado hoje neste
2º RTD - BH, foi protocolado, registrado, microfilmado e
digitalizado sob o nº

1006124

O referido é verdade. Dou fé.

Belo Horizonte,

10 de Dezembro de 2009

EMOLUMENTOS:	48,92
PECG:	2,82
TK. FISCAL:	15,85
TOTAL:	67,59

| GETÚLIO SÉRGIO DO AMARAL - OFICIAL | | RONISE QUEIROGA MONTEIRO DO AMARAL - OFICIAL SUBSTITUTA
| ALVINA JANETE GOMES DO AMARAL - SUBSTITUTA | | SIMONY ANDREIA MONTEIRO - SUBSTITUTA
| HUMBERTO GOMES DO AMARAL - SUBSTITUTO | | INGRID CAROLINA DE C. CORRÊA ALVES - SUBSTITUTA